

O cerco dos funcionários 160

Servidores exigem do Congresso voto contra demissões

BRASÍLIA — Um grupo de funcionários públicos ameaçados de demissão organizou ontem um barulhento *corredor polonês*, gritando palavras de ordem, cercando parlamentares e prometendo “dar o troco”, nas eleições de outubro, a uma votação desfavorável na reforma administrativa. O grupo elegeu como “vilão preferencial” o PMDB de Ulysses Guimarães, que na véspera viveu uma “lua-de-mel” com os funcionários e ontem era acusado de cômpor com o governo para aprovar a Medida Provisória 151, que prevê extinção de órgãos públicos e demissão de funcionários.

Enquanto corredores e salões da Câmara viviam grande confusão, parlamentares de esquerda, no plenário, desfiavam um rosário de queixas contra o PMDB e seu acordo de última hora para aprovar pontos do pacote que antes atacava, como a própria extinção de determinadas empresas. Em rápida reunião no cafezinho do plenário, os líderes do PCB, Roberto Freire, do PT, Gumerindo Milhomem, do PSB; José Carlos Sabóia, e do PDT, Brandão Monteiro, chegaram a ter uma forte discussão. Enquanto Milhomem e Sabóia defendiam que a esquerda se retirasse da reunião de líderes, alegando estarem sendo atropelados pelos acordos do PMDB, Freire rebatia com veemência.

“Nós só vamos ter força se participarmos das negociações. Não podemos ficar de fora. Se sairmos, eles vão fazer tudo que já estão fazendo e nós não vamos poder nem mesmo denunciar como as coisas estão sendo feitas”, argumentou Freire. “Estou querendo ter força e não ficar isolado, abdicar”, dizia, em vão. No início da

noite, pelo menos o PT lançava uma nota se retirando oficialmente das negociações de lideranças, acusando o PMDB e os partidos que apoiam o governo de conchavos que deixam a esquerda à margem das decisões.

Intraçquibilidade — Desde cedo, os acessos ao Congresso pelo Senado foram fechados, permitindo-se a entrada apenas de credenciados, parlamentares e funcionários da Casa. Na Câmara, por onde sempre é mais fácil chegar ao Congresso, integrantes do *lobby* do funcionalismo público foram ocupando os salões e corredores, sem, contudo, a exemplo do dia anterior, conseguir chegar ao Salão Verde, vizinho ao plenário. Os lobistas acabaram ocupando o corredor de acesso ao plenário, com muitas faixas, cartazes e panfletos.

“Deputado que trair, em outubro vai sair”, “O povo já viu, o PMDB colloriu” e “Deputado collorido em outubro está perdido”, eram as palavras de ordem mais gritadas, deixando constrangidos os deputados que passavam pelo cerco, como o líder do governo na Câmara, deputado Renan Calheiros, que nem assim abandonou seu sorriso. “Olhai, gente, vem mais um” gritavam os manifestantes à aproximação de algum parlamentar.

No peito, exibiam crachás de identificação: Portobrás, Fundação Educar, Siderbrás e outras empresas que estão na marca do pênalti do governo Collor. No plenário, deputados e senadores se revezavam nos microfones, ora para falar sobre o plano econômico em votação, hora para defender ou atacar os lobistas. “Estamos sendo agredidos”, queixou-se o deputado Ricardo Izá (PL, SP). “Tem gente aqui que não quer o povo nas galerias, para garantir o anonimato do seu voto e escapar de prestar contas ao eleitor”, rebateu o deputado Paulo Ramos (PDT/RJ). “O povo está aqui. Nós somos o povo”, decretou o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro.